

CO inicia debate sobre fundações

O Conselho Universitário (CO) deu início no dia 4/5, com uma reunião aberta realizada no Anfiteatro Camargo Guarnieri, ao debate dos diferentes relatórios do GT Fundações, entregues ao reitor Adolpho Melfi em agosto de 2003. A presença massiva de estudantes e a participação das entidades representativas deram colorido especial à sessão. Mas, após a exposição dos relatórios de maioria e de minoria, e uma apresentação do pró-reitor Luiz Nunes (que presidiu o GT), o Reitor, sentindo-se ofendido pelo insulto proferido por um estudante, deu a sessão por encerrada e retirou-se do Anfiteatro.

Encerrada intempestivamente a sessão do CO, os estudantes realizaram uma assembléia e decidiram sair em passeata. Fizeram um protesto diante da Reitoria e depois, em número de aproximadamente 400, seguiram para a FEA, onde atuam três das maiores fundações privadas “de apoio”. Eles ocuparam as dependências do prédio principal da unidade durante cerca de meia hora e depois se deslocaram para a Poli.

Apesar do incidente, a sessão do CO mostrou-se pro-

ductiva. Pela primeira vez em décadas, o colegiado máximo da USP abriu-se para ouvir, de modo oficial, manifestações de setores organizados da comunidade: DCE, APG, Adusp. É bem verdade que era visível o desconforto de muitos dos membros do CO, habituados às reuniões realizadas a portas fechadas no salão da Reitoria.

A Adusp enviou carta ao Reitor (leia quadro na página 3), onde externou sua discordância com as ofensas pessoais, absolutamente despolitizadas, que ali ocorreram. Ao mesmo tempo destacamos a importância de se dar continuidade a um processo

aberto de discussão, fundamental para que consigamos enfrentar essa grave questão que tem sido a apropriação privada do espaço universitário público por fundações. É importante, assim, que se adquira a habilidade de lidar com um eventual gesto minoritário como o que ocorreu na reunião aberta do CO.

Relatórios

Coube à professora Telma Zorn, do ICB, apresentar



Daniel Garcia

Estudantes compareceram em peso à sessão aberta do CO

o relatório de maioria do GT Fundações, na forma de transparências. O primeiro ponto destacado por ela foi

o diagnóstico, que relaciona “pontos positivos” e “pontos negativos” das fundações.

(continua na p. 2)

20 de Maio é a data limite para solicitar conversão da licença prêmio em dinheiro

O governo do Estado de São Paulo ajuizou, em maio de 2003, Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2887) pedindo a declaração de inconstitucionalidade da Disposição Transitória da Lei Complementar estadual nº 857/99, que versa sobre licença-prêmio no âmbito da administração pública direta e indireta e de outros poderes

do estado de São Paulo.

A lei paulista proíbe a conversão dos períodos da licença-prêmio em pecúnia pelos servidores estaduais, mas resguarda, na Disposição Transitória contestada pelo governo Alekmin, os períodos de aquisição de licença anteriores a 31/12/1999.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou

parcialmente inconstitucional tal Disposição Transitória. O relator da ADI, ministro Marco Aurélio, observou que o dispositivo impugnado teria ressalvado os períodos de aquisição da referida licença até 31/12/99, data tomada como base para contabilizar as situações e não para a vigência do dispositivo. Esse artigo estaria então vigorando

desde a data da publicação da lei paulista (21/5/99).

O docente que adquiriu licenças-prêmio até 20/5/1999 tem direito à conversão em pecúnia, devendo solicitá-lo administrativamente até a data de 20/5/2004. Se for o seu caso, acione a página www.adusp.org.br para “baixar” o modelo de formulário apropriado para a solicitação.

Assembléia da Adusp

11/5, 3ª feira, 17 horas, no Anf. Abraão de Moraes (IF)

Pauta: Salários • Fundações

* As chapas concorrentes à diretoria do Andes-SN foram convidadas a apresentar suas plataformas ao plenário da Assembléia

Adusp, APG e DCE apresentaram relatórios de minoria

(continuação da p. 1)

Entre os primeiros, “permitem agilizar as atividades na USP”, “exercem importante papel na interação com setores externos, viabilizando uma série de situações, como a captação e/ou gerenciamento de recursos monetários para a USP”, “algumas valorizam a imagem da USP e são imprescindíveis para o funcionamento de Departamentos/Unidades ou Setores”. A professora citou como exemplo de interação com a sociedade a Fundação Faculdade de Medicina (FFM).

Entre os últimos, “falta de controle ou informações sobre atividades e receitas, impactos acadêmicos das atividades, participação da USP nos recursos auferidos, regime de trabalho dos docentes”, “utilização da marca USP como atrativo para suas atividades sem o compatível retorno financeiro à USP”, “motivação própria de alguns entes”.

Do item apresentado a seguir, denominado “síntese”, consta um princípio (“A interação com a sociedade tem origem no projeto acadêmico da unidade executora e a ele está subordinado”), uma constatação (“A Universidade necessita da interação com os setores externos para que muitos dos Departamentos e Unidades possam cumprir seus projetos acadêmicos”) e uma diretriz (“Uma fase de transição é necessária antes de se alcançar um arranjo que torne dispensável o apoio das Fundações”).

Segundo o relatório de maioria, no item “conceituação”, “qualquer forma de relacionamento externo da Universidade pública” implica reconhecer três princípios, a saber: “autonomia”, “responsabilidade” (“compromisso com a oferta, ao conjunto da sociedade, dos resultados das suas atividades próprias”) e “integridade institucional”, “no sentido de que as relações da USP com entes ex-

ternos, públicos ou privados, devem obedecer aos ditames de sua natureza pública e de seus interesses intrínsecos”.

A professora apontou como “pontos de consenso de todo o Grupo” os seguintes: “1. A USP deve se tornar Ágil (USP-Ágil)”, “2. Deve haver um órgão gestor (Cogere)”, “3. O uso da marca USP deve ser regulamentado”, “4. Atividades envolvendo Fundações devem ser normatizadas”.

No quadro “Essência do relatório de maioria — recomendações”, a professora listou: “remover as barreiras que exigem intermediação de Fundações”, “enunciar regras simples e claras para disciplinar as relações com os setores externos”, “avaliar os convênios pelo seu impacto sobre os projetos acadêmicos dos Departamentos ou Unidades executoras”, “exercitar o rigor na concessão de flexibilização do RDIDP e criar regime especial para distinguir os docentes que se dedicam à ciência básica ou à produção cultural” (alusão ao RDIDP-E ou regime de dedicação integral estrito), “cadastrar as Fundações e organizações equivalentes que se disponham a obedecer tais regras”, e “garantir que os direitos da Universidade sejam resguardados e que ela receba justa compensação pela exploração de seus recursos humanos e materiais, tangíveis estes ou não”.

A professora Zorn explicou que o GT propôs a criação da Comissão Gestora das Relações Externas (Cogere), a ser nomeada pelo Reitor, composta por cinco membros, aprovada pelo CO, transitória, obrigada a prestar contas após quatro anos, e cuja institucionalização poderá ser proposta caso ela seja “bem sucedida”. Caberia a ela propor uma legislação para regulamentar a relação com as fundações e similares, além de mudanças na legisla-



Professor Giro Correia apresenta relatório da Adusp. Na mesa, o Reitor e o Vice-reitor

ção atual, “para que a USP se torne realmente ágil”. A seguir, ela apresentou diversas propostas de regulamentação específica constantes do relatório de maioria.

Relatório da Adusp

O primeiro relatório de minoria apresentado foi o da Adusp, pelo professor Giro Correia, interrompido diversas vezes por aplausos dos estudantes. Ele destacou, inicialmente, o fato de que as fundações privadas que atuam na USP se constituíram há cerca de duas décadas e que “seu rápido e recente crescimento vem ocorrendo paralelo à queda do poder aquisitivo dos salários de docentes e funcionários”, bem como da política de desobrigação do Estado com o ensino superior.

Observou, em seguida, que o “Dossiê Fundações”, publicado pela *Revista Adusp* em três edições ao longo de 2001, teve grande impacto na comunidade da USP, permitindo que esta tomasse conhecimento das “fundações privadas de apoio” e problematizasse o termo “de apoio”. Não por acaso, disse,

nesse ano tramitou no CO “uma proposta de regulamentação do relacionamento entre a universidade e essas fundações”, não debatida na universidade, e que “significava na verdade um retrocesso e uma desregulamentação” em relação à Resolução 3592 de 1989, em vigor.

De acordo com o professor Correia, a proposta de regulamentação, que não contemplava as informações produzidas pelo “Dossiê”, só deixou de ser votada pelo CO “devido à contundente ação do movimento estudantil que impediu a realização das reuniões que tinham esse assunto em pauta”.

Ele sumariou, então, os principais aspectos da realidade levantada até o presente, destacando que as fundações privadas “de apoio”, em conjunto, historicamente transferem à USP recursos cujo montante equivale a menos de 2% do Orçamento anual da universidade; as quatro maiores fundações (excetuadas as ligadas aos hospitais da USP), que apresentam receitas anuais entre R\$ 19 milhões e R\$ 56 milhões, repassam à USP, indi-

vidualmente, só 5% ou menos de tudo que arrecadam; os recursos arrecadados pela maioria dessas fundações são, na maior parte, apropriados privadamente pelos docentes que delas fazem parte; montantes individuais de remuneração podem atingir cifras de R\$ 390 mil por ano, como no caso dos docentes vinculados à FIA em 2001.

O professor explicou que a Adusp propõe “uma transição da situação atual para uma universidade efetivamente pública na lógica de seu funcionamento e na destinação da sua produção”, processo que se viabilizaria através das seguintes providências:

1. Criação de um órgão central ligado à Reitoria, para gerenciar convênios, identificar e remover entraves burocráticos e administrativos aos projetos de interesse acadêmico;

2. Ação política da administração central da USP no sentido de remover as eventuais dificuldades legais e administrativas que hoje impediriam o bom andamento do trabalho acadêmico e da administração da universidade;

3. Neste período de transição e enquanto é negociada a adaptação das regras de controle administrativo, a USP passaria a contar com o apoio de apenas uma fundação, pública;

4. Através do órgão central proposto e se necessário da fundação pública mencionada, prevê-se chegar a uma situação em que qualquer tipo de fundação, inclusive a fundação pública proposta no item anterior, seja supérfluo;

5. Tanto o novo órgão a ser criado quanto a fundação pública devem ter caráter estritamente operacional, sem qualquer competência no que se refere às atividades de formação e pesquisa;

6. Deverá ser vedado o estabelecimento de convênio entre a USP e qualquer fundação privada que tenha em sua administração ou conselho curador docentes em RDIDP, membros da administração da universidade ou de seu Conselho Universitário.

O professor lembrou que o relatório da Adusp propõe, ainda, a expressa proibição da cobrança de cursos, de qualquer espécie, na USP, e a retirada da “flexibilização” do RDIDP do Estatuto da USP. Ao final da explanação, argumentou que, para garantir isenção às deliberações do CO, é necessário que “todos os membros com vínculos diretos com fundações privadas, que hoje somam cerca de um terço deste Conselho, se considerem prejudicados para deliberar sobre o tema”.

Notas Capes e fundações

A representante da APG, Tatiana Pavão, defendeu o relatório da entidade apresentando uma série de transparências, nas quais estabeleceu uma correlação entre as notas conferidas aos cursos de pós-graduação pela Capes e a atuação de fundações “de apoio” nas respectivas unidades. Os dados que exibiu sugerem que cursos *stricto sensu* oferecidos por unidades onde há forte

atividade de fundações vêm recebendo da Capes notas 3 e 4, as mais baixas.

Depois de citar que 50% dos programas de pós-graduação da USP situam-se no chamado “conceito de excelência” da Capes (notas 5 a 7), e os demais na faixa de “não excelência” (notas 3 e 4), a representante da APG mostrou gráficos que informam que 70% dos programas com nota 3 e mais de 40% dos programas com nota 4 estão em unidades onde atuam fundações, ao passo que 48% dos programas com nota 5, 38% dos que têm nota 6 e somente 24% dos que têm nota 7 estão em tais unidades.

Inversamente, 75% dos programas avaliados pela Capes com nota 7, mais de 60% dos programas com nota 6, e 52% dos programas com nota 5 estão em unidades nas quais não há presença de fundações.

Os dois representantes do DCE que dividiram a apresentação do relatório da entidade, Márcio Rosa e José Torres Júnior, criticaram, de modo incisivo, a atuação das fundações, bem como a posição da Reitoria e dos órgãos colegiados. Eles destacaram que “educação é um direito, não é mercadoria” e condenaram o que chamam de “falsas justificativas para a existência das fundações”.

Criticaram a transferência de recursos públicos para as fundações, citando o caso da Fipecafi, que entre 1997 e 1999 recebeu cerca de R\$ 30 milhões, por 11 contratos com o setor público federal, dos quais 10 sem licitação, e o da Fafe, que em 2002 recebeu do Estado de SP, para um programa de formação de professores, R\$ 6,7 milhões.

Os representantes do DCE propuseram diversas medidas para reforçar as finanças públicas, tais como o aumento, para 11,6%, da cota-parte do ICMS destinada às universidades estaduais paulistas e a taxação de grandes fortunas. Para eles, as verbas públicas que hoje são captadas pelas

fundações devem entrar diretamente na USP.

Eles afirmaram que a burocracia é criada e mantida por aqueles que “são os mesmos” das fundações. Segundo os estudantes, por exemplo, no Departamento de Engenharia de Produção da Poli todos os professores são ligados à Fundação Vanzolini, e no Departamento de Contabilidade da FEA todos pertenceriam à Fipecafi, entidade que já quis montar sua própria faculdade.

Os representantes do DCE atacaram a “flexibilização” do RDIDP, afirmando que ela vem agravando a falta de professores e afetando as grades curriculares, e condenaram a oferta de cursos pagos na USP, por sua inconstitucionalidade — fere os artigos 206 e 208 da Constituição, que prevêem a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais e o acesso segundo a capacidade de cada um. Sustentaram, ainda, que a lógica privada e a venda de serviços são incompatíveis com o interesse social que caracteriza a universidade pública.

Rosa assinalou o fato de que a atuação decidida dos estudantes contra a votação, pelo CO, da minuta de regulamentação proposta em 2001, levou os dirigentes da USP a uma retaliação seletiva contra lideranças do movimento, por meio do “acionamento de um regimento disciplinar da época da ditadura”.

Respostas das unidades

O professor Nunes apresentou transparências que continham dados sobre as respostas das unidades aos relatórios produzidos no

Carta enviada ao professor Melfi

No dia 5/5, a Adusp enviou ao reitor Adolpho Melfi o ofício 029/04, cujo teor é o seguinte:

“Prezado Professor,

Em relação aos incidentes ocorridos na sessão aberta do Conselho Universitário realizada no dia 4 de maio no Anfiteatro Camargo Guarnieri, gostaríamos de registrar as seguintes observações:

1. Impropérios e ofensas pessoais não têm nenhum papel em uma discussão política e conceitual acerca de qualquer tema, em particular em relação às fundações;
2. A Adusp tem sempre defendido a democratização da Universidade e registrado que há muito que avançar neste sentido na Universidade de São Paulo. Ainda assim reconhecemos o esforço da reitoria da USP e da Pró-Reitoria de pesquisa, na pessoa do Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, em abrir uma discussão ampla sobre um tema de tanta importância e que envolve tantos interesses como é o das fundações privadas e sua inserção na USP;
3. É importante que o incidente, promovido por um grupo, que não deve ser confundido com o movimento estudantil, não ocasione um retrocesso no processo de discussão sobre esta e outras questões gerais da Universidade. Os únicos interessados no esvaziamento da discussão pública são aqueles que gostariam que tudo permaneça como está.

Atenciosamente,

Américo Adlai Franco Sansigolo Kerr
Presidente da Adusp-S.Sind.”

GT. Foram consultadas 36 unidades, duas das quais não responderam e oito não se manifestaram quanto ao mérito das propostas. Vinte e quatro unidades acompanharam o relatório de maioria, uma “dividiu-se” (um dos departamentos optou pelo relatório de maioria e outro preferiu o da Adusp) e uma decidiu favoravelmente ao relatório da Adusp.

Na opinião do pró-reitor, as unidades não se limitaram a aceitar ou rejeitar o teor dos diferentes relatórios, e apresentaram propostas próprias. Entre o que ele chamou de “restrições a tópicos do relatório majoritário”, havia sugestões como “controlar melhor a flexibilização do RDIDP, em lugar de criar RDIDP-E” (apresentada por 14 unidades) e “aprimorar sugestão de cobrança do overhead” (Esalq, FE, FEA, FEA-RP).

Algumas unidades (EP, FEA-RP, IFSC, IQSC) revelaram-se “céticas” quanto ao projeto “USP Ágil”, defendido no relatório de maioria. Cinco unidades que abrigam fundações — Poli, FAU, FE, FEA-RP, FM — expressaram “preocupações” com a Cogere, vista como “fonte de centralização ou postura burocrática”.

Ao término da exposição do professor Nunes, quando ele iria passar a palavra aos numerosos oradores inscritos, ocorreu o incidente que resultou no encerramento da sessão, pouco antes das 15h30. Os trabalhos duraram cerca de duas horas. O reitor Melfi, que foi a Itaquera a pedido do governador Alekmin, só conseguiu chegar ao anfiteatro com uma hora e meia de atraso.

Reitor anuncia concursos para efetivar “precários” com mais de 6 anos de USP

A diretoria da Adusp reuniu-se com o reitor Adolpho Melfi em 3/5, ocasião em que pediu esclarecimentos sobre a deliberação do Conselho Universitário (CO) relativa ao ingresso de docentes exclusivamente por concurso público. Conforme a Circular 285 do Gabinete do Reitor, em algumas situações poder-se-ia ainda proceder à contratação temporária como, por exemplo, no caso de contratação de mestres ou de substituição de docentes afastados.

O Reitor esclareceu que as contratações temporárias estão sendo previstas pelo período máximo de um ano. Ele informou que deverá encaminhar a proposta de que o prazo de inscrição dos concursos possa variar de 30 a 90 dias, por decisão das unidades.

Quanto a tornar os concursos classificatórios, disse

que é necessário aprofundar a discussão e que oportunamente reencaminhará a proposta ao CO. Finalmente, quanto à regularização dos atuais contratos precários o Reitor disse que pretende reabrir, a cada ano, o processo de garantia de vaga em concursos de efetivação para os docentes com contrato precário que tenham mais de seis anos de trabalho na USP. Disse ainda que, em breve, dará início aos procedimentos para indicar a abertura de concursos para este ano.

Zona Leste

Sobre o campus da USP na Zona Leste, o reitor informou que nos próximos dois anos a universidade conta com recursos extra-orçamentários para investimentos e contratação de pessoal. Ao mesmo tempo, o impacto das novas contratações poderia ser assimilado

nos atuais recursos da universidade, pois representaria apenas 1,5% da atual folha de pagamentos. Disse ainda que o governador comprometeu-se a apoiar a USP Leste por 10 anos. Haverá uma sessão do CO em 18/05 para aprovar os cursos que serão oferecidos e deverá ocorrer a contratação de 60 docentes em 2005. Nos próximos quatro anos prevê-se a contratação de 313 docentes e de 150 funcionários.

Reafirmou que o ingresso docente se dará por concurso público e que o acesso será pelo vestibular da Fuvest. Disse ainda que pretende oferecer 60 mil isenções da taxa para o vestibular de 2005. A diretoria da Adusp manifestou-se no sentido de que o acesso às informações sobre a USP Leste está bastante dificultado e solicitou que nos fosse enviado todo o material que estará em discussão no CO.

Fundações

O Reitor disse que pretende constituir uma comissão para relatar o que viesse a ocorrer no CO de 4/5 sendo esse enviado às Congregações. Acrescentou que a deliberação final do CO a respeito das fundações deverá ocorrer no início do segundo semestre.

A diretoria da Adusp manifestou sua preocupação com o fato de que quase um terço dos membros docentes do CO são ligados a fundações. No nosso entender, esses docentes deveriam se colocar como impedidos de votar em questões que envolvam as fundações. Reivindicamos ainda que a votação no CO fosse aberta e nominal, o que nos foi garantido pelo reitor.

Reiteramos o pedido de audiência com o presidente do Sistema Integrado de Saúde da Universidade de São Paulo (Sisusp) que está sendo

reivindicado desde setembro de 2003, e o Reitor garantiu que seremos atendidos.

A diretoria informou, ainda, sobre a possibilidade de se pleitear, em pecúnia, as licenças-prêmio acumuladas até 1999, caso o pedido seja feito até 20/5. O Reitor desconhecia essa possibilidade e comprometeu-se a dar divulgação rápida para toda a universidade. Informou que a USP não mais está mantendo os 5% de contribuição previdenciária, e tem repassado o desconto para o Estado.

“Gatilho”

Quanto à ação do “gatilho”, o Reitor disse não ter ainda conhecimento do seu desfecho. A diretoria informou o Reitor sobre o conteúdo da ação e a vitória obtida pela Adusp, e reafirmou a necessidade de discutirmos a implementação da decisão judicial.

Assembléia da Adusp aprova ação coletiva contra subteto

Na assembléia geral realizada no dia 29/4, no Anfiteatro Antônio Gillioli do Instituto de Matemática e Estatística da USP, foi aprovado por unanimidade que a Adusp promova uma ação coletiva, em nome de seus associados, contra o subteto estabelecido pela Emenda Constitucional 41/03.

Quanto à campanha da data-base, decidiu-se pela participação no ato em Campinas no dia 7/5 para acompanhar as negociações entre Fórum das Seis e Cruesp. Novas assembléias estão previstas para 11/5 em todos os *campi* da USP.

Adusp participa de ato de protesto no 1º de maio

No dia 1º/5, enquanto nas duas principais centrais sindicais (CUT e Força Sindical) promoviam shows para assinalar a data, algumas entidades e partidos de esquerda reuniram-se na Praça da Sé para realizar um ato de protesto contra o desemprego, o arrocho salarial, a flexibilização de direitos dos trabalhadores e o descaso das autoridades com o mau uso do dinheiro público. O ato também significou uma crítica às comemorações realizadas por aquelas centrais sindicais.

Intitulado “1º de maio é dia de luta, não é dia de festa”, o ato reuniu cerca de 3 mil pessoas no centro da cidade, onde realizaram uma passeata que culminou num protesto em frente ao Bank Boston, na rua Boa Vista. Ali

os manifestantes queimaram uma bandeira dos EUA, representando a insatisfação com as negociações da ALCA — o movimento propõe a realização de um plebiscito oficial — e a posição contrária à guerra do Iraque e ao imperialismo americano.

A Adusp participou desta “comemoração alternativa” do Dia dos Trabalhadores, que também levou como pauta a defesa da universidade pública gratuita e inclusiva, e o não às reformas universitária,



Adusp presente ao “ato alternativo” do 1º de maio

sindical e trabalhista propostas pelo governo. Estiveram presentes deputados federais, como Ivan Valente (PT), João Batista Babá Oliveira de Araújo (sem

partido) e Luciana Genro (sem partido), vereadores, como Flavia Pereira e Nabil Bonduki (ambos do PT), e o arcebispo de São Paulo, Dom Cláudio Hummes.